

Câmara de São Caetano aprova contas da gestão Tite/Auricchio em 2021

George Garcia



Sessão da Câmara de São Caetano nesta terça-feira (12) e que aprovou as contas do governo Tite/Auricchio, no ano de 2021. (Foto: Reprodução)

As contas da prefeitura de São Caetano do ano de 2021, quando a gestão foi compartilhada entre o, na época, prefeito interino Tite Campanella (PL) e José Auricchio Júnior (hoje no PSD) foram analisadas pelo TCESP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) que emitiu parecer favorável, porém com uma série de apontamentos. O parecer foi submetido ao crivo dos vereadores nesta terça-feira (12/08) e, apesar de falhas apontadas pelo Ministério Público de Contas, como falta de transparência na elaboração da lei orçamentária, falta de AVCBs (Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros) em escolas e outros prédios públicos, remanejamento de 43% do orçamento e aumento do endividamento da prefeitura, a maioria dos parlamentares seguiu a recomendação geral do TCESP aprovando as contas daquele exercício.

O ano de 2021, primeiro ano das administrações frente à pandemia da covid-19, impôs uma série de desafios às administrações públicas e também um grande embate político entre esquerda e direita no país. Em meio a isso o prefeito eleito, José Auricchio Júnior foi impedido de assumir por conta de investigação sobre contas de campanha da eleição de 2016 e o então presidente da Câmara, Tite

Campanella assumiu a prefeitura por quase o exercício inteiro como prefeito interino. Auricchio reverteu a decisão da justiça eleitoral, mas acabou assumindo só em dezembro.

Para que as contas fossem rejeitadas na Câmara, seriam necessários 14 votos contrários ao parecer. Apenas três parlamentares foram contra o parecer da corte de contas, se apegando mais aos apontamentos do Ministério Público de Contas, foram eles, Bruna Biondi (PSol), Edison Parra (Podemos) e Getúlio de Carvalho (União Brasil). Dezesete parlamentares da base do governo Tite Campanella foram favoráveis às finanças ao concordarem com o parecer do TCESP.

Os vereadores de oposição, se apegaram aos apontamentos do Ministério Público de Contas que integram o parecer da corte. “São os mesmos problemas apontados em 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, parece que as coisas não mudam. São gastos milionários com publicidade e propaganda enquanto escolas precisavam de manutenção e inclusive foi apontado a falta de AVCB nestas escolas; também foi apontado que a prefeitura não ouve a população para a elaboração da lei orçamentária, ou seja, documentos passaram por essa casa sem estudos e emendas; que não há um planejador na prefeitura; que tivemos o remanejamento de 43% do orçamento, muito acima da inflação de 10% do período. O Ministério Público de Contas também aponta o aumento da dívida em R\$ 94 milhões e isso é coisa que estamos discutindo agora na CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), ou seja, o município está sofrendo e não é de hoje”, disse a vereadora de oposição. Bruna também reproduziu o apontamento de pagamento de gratificações de curso superior para cargos que já exigiam curso superior e outras que atendiam aliados. “Quem é amigo do prefeito recebia outros não tem gratificação”, declarou a vereadora do PSol.

Getúlio de Carvalho também narrou diversos dos apontamentos colocados no parecer como falhas da gestão. “A falta de planejamento vem desde 2016 e São Caetano repete, ano após ano, os mesmos erros. Não estamos falando de meros apontamentos, estamos falando de reincidências graves como descumprimento de princípios constitucionais e má gestão estrutural que se arrastam desde 2016. Mesmo com o parecer técnico favorável, o parecer do MPC é categórico ao dizer que essas contas não atendem plenamente à legalidade, a moralidade, a transparência e a eficiência administrativa, por isso, em respeito ao dinheiro público e à nossa função, o meu voto é contrário à aprovação das contas de 2021”, disse o vereador do União Brasil.



César Oliva fez a defesa da gestão do prefeito interino Tite Campanela, no ano de 2021. (Foto: Reprodução)

Edison Parra, também reforçou as críticas à gestão e apontou também o exercício deficitário do Saesa, autarquia municipal de saneamento e a contratação de funcionários comissionados sem curso superior, outros apontamentos que constam da análise feita pelo Ministério Público de Contas. “A gente pode olhar para o parecer ou para os apontamentos, mas aqui é uma votação política. Eu voto de acordo com o Ministério Público de Contas e contra o parecer.

Vereadores governistas subiram à tribuna para defender as contas e a gestão Tite na época. O vereador César Oliva (PSD), atual líder do governo Tite Campanella no Legislativo atualmente, ponderou que, apesar das falhas detectadas pelo MPC, frente ao desafio colocado na época em gerir a cidade em momento pandêmico, o prefeito interino se saiu bem em 2021 entregando um resultado financeiro positivo. “O Auricchio estava impugnado e o Tite foi alçado prefeito e lá ficou comandando a cidade no auge da pandemia, em que todos os gestores foram testados dia após dia, com o Estado querendo fechar tudo sem pensar nos CNPJs (Cadastros Nacionais de Pessoas Jurídicas). Ele encarou esse desafio e ainda entrega uma gestão com parecer favorável. A maior prova disso é que ele foi aprovado pela população, sendo verificado pela urna e aprovado. Tem questões a serem corrigidas desde 2016 que ele vai avançar sobre os AVCBs, mas em 2021 ele entregou a cidade, no meio da pandemia com R\$ 56 milhões em caixa e não foram constatadas irregularidades nas receitas e gastos com a pandemia”, discursou Oliva em defesa das contas daquele ano.

Após a aprovação o projeto de decreto legislativo que apresentou o parecer do Tribunal de Contas será sancionado pela presidência da Câmara.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3684586/camara-de-sao-caetano-aprova-contas-da-gestao-tite-auricchio-em-2021/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário

Seção: Política